



66
df

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental no AI nº: **329479-3 – Recife (10ª Vara Cível)**

Agravante: **Maria de Fátima Gonçalves Pereira de Mesquita**

Agravado: **Queiroz Galvão Empreendimentos S/A**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

Acórdão

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. PROLAÇÃO DE TERMINATIVA. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE COM O AGRAVO LEGAL. ADMISSIBILIDADE. REPRESENTAÇÃO DAS PARTES. IRREGULARIDADE. VÍCIO SANÁVEL. PROVIDÊNCIA DA COMPETÊNCIA DO JUIZ DA CAUSA. EXAME PELO TRIBUNAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. 1. A decisão terminativa negativa de seguimento proferida em agravo de instrumento desafiará o recurso previsto no art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil. 2. Diante de previsão sumular local (Súmula nº 42. "*são fungíveis os agravos regimental e legal*"), a interposição de agravo doméstico em vez do agravo regimental não obstará a admissibilidade recursal. 3. A irregularidade na representação das partes nas instâncias ordinárias é vício sanável, que pode ser suprido mediante determinação do juiz, nos termos do art. 13 do CPC. 4. Não cabe ao Tribunal, em sede de agravo, apreciar matéria não decidida em primeiro grau, sob pena de supressão de instância e violação do duplo grau de jurisdição. Agravo Regimental convertido em Recurso de Agravo. Não provimento. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 329479-3**, da Comarca do Recife, em que figuram como Agravante **Maria de Fátima Gonçalves Pereira de Mesquita**, e como Agravada a **Queiroz Galvão Empreendimentos S/A**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em converter o **Agravo Regimental** interposto por **Maria de Fátima Gonçalves Pereira de Mesquita** em **Recurso de Agravo**, e também por decisão unânime, **NEGAR PROVIMENTO**, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de  de 2014.

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto



67
22

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental no AI nº: **329479-3 – Recife (10ª Vara Cível)**

Agravante: **Maria de Fátima Gonçalves Pereira de Mesquita**

Agravado: **Queiroz Galvão Empreendimentos S/A**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

Relatório

Cuida-se de **Agravo Regimental** interposto por **Maria de Fátima Gonçalves Pereira de Mesquita** contra a decisão terminativa monocrática proferida às fls. 50/52, que negou seguimento ao agravo de instrumento manejado perante esta Corte Recursal pela referida agravante.

O instrumental em referência foi apresentado em face da decisão de fls. 37/38, proferida em sede de ação de execução, que inacolheu pleito para decretar-se a prescrição intercorrente do crédito da exequente, ora agravada, ainda rejeitando pedido para a extinção do processo por falta de legitimidade da representação da Queiroz Galvão.

A pretensão recursal, adstrita tão somente à questão da ilegitimidade da representação, foi rejeitada de plano (art. 557, *caput*, CPC), tendo em vista a previsão legal permissiva da abertura de prazo para a parte sanar eventuais defeitos (art. 13, CPC¹).

Nesta sede retratativa, a agravante resume seu inconformismo ao afirmar que a manutenção do despacho agravado incorreria em abalo no preceito da segurança jurídica, uma vez que, neste agravo, o relator poderia se antecipar à instância de piso e ordenar a retificação da documentação para dar aptidão à representação da empresa agravada. Deixando de fazê-lo, há claro desprestígio do Tribunal e relação ao Juízo, o que não se admite.

Pede a agravante, assim, a retratação da decisão, ou, se for o caso, o exame pelos pares para que seja a decisão reformada para admitir a interposição recursal e também para que o pleito seja provido.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este agravo legal à apreciação da Câmara.

Está feito o relatório.

Recife, 22 de maio de 2014.

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto

jbss

¹ "Art. 13. Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito."



68

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental no AI nº: **329479-3 – Recife (10ª Vara Cível)**

Agravante: **Maria de Fátima Gonçalves Pereira de Mesquita**

Agravado: **Queiroz Galvão Empreendimentos S/A**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

Voto

Inicialmente, cabe observar que a recorrente manejou o recurso previsto no art. 252, *caput*, do Regimento Interno deste TJPE, quando deveria tê-lo feito consoante as disposições do art. 557, § 1º do CPC, vez que a decisão desafiada foi prolatada com amparo no mesmo artigo (art. 557, *caput*). O dispositivo em referência dispõe, *verbis*:

"§ 1º. Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento."

Entretanto, esse pequeno equívoco não resultará em prejuízo para a parte, que terá o recurso recebido em função do princípio da fungibilidade, na linha em que vem decidindo este TJPE, que inclusive já editou súmula sobre o tema, que giza: "*Súmula nº 42. São fungíveis os agravos regimental e legal.*"

Sendo assim, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade, recebo o presente recurso como Agravo Legal, passando a avaliar o pedido de reconsideração.

Aparentemente, a agravante está temerosa de uma eventual afronta à segurança jurídica. De acordo com suas palavras, esta Corte Recursal deveria sobrepor-se à iniciativa do togado de piso na busca pela correção do trâmite do processo, e por efeito, na disponibilização de prazo para que a agravada providenciasse a regularização de sua representação. No caso, o juiz assinalou 15 (quinze) dias para o atendimento da ordem, tempo que se coaduna com o prazo razoável prescrito pela norma ("*... marcará prazo razoável para ser sanado o defeito.*" – art. 13, CPC)

Com isso, tomada a providência por quem competia tomar, na hipótese pelo julgador monocrático, este Tribunal não teria alternativa senão a de prestigiar a posição, colocada conforme giza a referida norma processual.

Caberia apenas ao relator tomar a mesma providência na hipótese de o defeito passar pelas instâncias ordinárias sem ser notado, e claro, se houvesse recurso interposto para a devolução da matéria meritória recorrida à análise superior. Não é caso.

Agiu com acerto o magistrado ao imprimir a vontade do legislador processual que ressaltou, via dispositivo próprio, a necessidade de se convocar a parte para regularizar a representação quando esta está imperfeita.

Confira-se o acórdão a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO SEM ASSINATURA ORIGINAL DE ADVOGADO. REGULARIZAÇÃO NAS

69

INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. POSSIBILIDADE. ART. 13 DO CPC. PRECEDENTES. 1. A irregularidade na representação das partes nas instâncias ordinárias é vício sanável, que pode ser suprido mediante determinação do juiz ou do relator, nos termos do art. 13 do CPC. 2. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que seja concedido prazo para o recorrente regularizar a irregularidade constante do recurso de apelação.” (STJ, EDcl no REsp 1397358/MT, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 29/11/2013) – sem grifo no original

No mais, atribuir para esta Corte o encargo de tal competência, sem que antes o juiz o fizesse, seria clara supressão de instância, o que não se permite dentro do universo legal pátrio. Não há notícias nos autos a respeito de exame realizado pelo togado após o atendimento da ordem, prerrogativa que caberá ao juiz do feito.

Nesse sentido:

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DECISÃO DE 1º GRAU QUE POSTERGA A ANÁLISE DE PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA MOMENTO POSTERIOR À CONTESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTEÚDO DECISÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DOS TRIBUNAIS DE APRECIAR, POR PRIMEIRO, PEDIDOS QUE DEVAM SER EXAMINADOS NA INSTÂNCIA INFERIOR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. RECORRIBILIDADE APENAS EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. PRECEDENTES DO STJ. AUSÊNCIA DOS ELEMENTOS AUTORIZADORES DO PLEITO ANTECIPATÓRIO. IRRESIGNAÇÃO. INVIABILIDADE DO PEDIDO. (...) 5. Não cabe ao Tribunal, em sede de agravo, apreciar matéria não decidida em primeiro grau, sob pena de supressão de instância e violação do duplo grau de jurisdição. Irresignação. Inviabilidade do pedido. Decisão unânime.” (TJPE, Agravo Legal nº 92262-5/01 / Recife, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Eurico de Barros Correia Filho, d.u., j. 16.12.2010, p. 29.04.2009) - grifo nosso

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO ao Agravo Regimental** interposto por **Maria de Fátima Gonçalves Pereira de Mesquita**, admitido como **Recurso de Agravo** face ao princípio da fungibilidade, restando intacta a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 22 de Junho de 2014.


Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator Substituto